



Comunicação oral: Eixo 4 - Educação Brasileira: Recortes Históricos

A EDUCAÇÃO INFANTIL ASSISTENCIALISTA NO BRASIL (1900-1980): UM RECORTE HISTÓRICO

Mariana Silva Souza Gomes¹

Resumo: O presente trabalho descreve parte de uma pesquisa bibliográfica explicativa com o objetivo de entender o funcionamento de uma educação de cunho assistencialista no Brasil, no período de 1900-1980, antes de uma legislação que tornava obrigatório o atendimento educacional para as crianças de 0 a 6 anos de idade. Constatou-se que o surgimento de creches, no Brasil, teve o objetivo de atender as crianças de até 6 anos, devido ao aumento da mão-de-obra feminina nas indústrias, fazendo com que houvesse a criação de programas que pudessem realizar o atendimento assistencialista/higienista para as crianças.

Palavras-chave: Assistencialismo. Educação Infantil. Crianças.

Introdução

A trajetória percorrida pela educação infantil brasileira, no período de 1900 a 1980 antes da Constituição Federal de 1988, em que após a normalização da constituição garante o direito a uma educação com acesso a todas as pessoas, no qual acompanha em seu artigo 208, inciso IV em que prever o atendimento para as crianças de 0 a 6 anos ao acesso à educação infantil e a pré-escola, focalizando assim os atendimentos das creches. E através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, propõe uma educação gratuita e de qualidade para todos.

Durante o período de 1900 a 1980 a educação infantil no Brasil, era pautada no higienismo, assistencialismo e na filantropia, ou seja, havia uma exclusão de uma educação igualitária e para todos, como é garantido por meio da Legislação desde 1988.

A educação higienista provinha de métodos idealizados pelos médicos, com o intuito de aniquilar a mortalidade e a desnutrição infantil; já a educação de cunho assistencialista, oriunda do cuidado/assistência, pautava-se no cuidado das crianças que precisavam ficar em creches devido ao aumento da mão-de-obra feminina nas indústrias brasileiras e; a filantropia na educação era baseada nas instituições e programas criados pelas organizações

¹ Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Alagoas - UFAL *campus* Maceió. Lattes iD: <https://lattes.cnpq.br/27227269082612667>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9474-3486>.



filantrópicas, cujo termo “filantropia” remete generosidade com outrem, pois até meados de 1930 o Estado não provinha a educação.

A educação infantil no contexto assistencialista (1900-1980)

A educação infantil brasileira durante seu início do Brasil República teve sua trajetória entrelaçada com o assistencialismo, no qual o termo assistencialismo é definido por Sposati (*apud* Milanezzi, et al, 2012, p.7), como oriundo do serviço social, na seguinte concepção “O assistencialismo (...) é o acesso a um bem através de uma benesse, de doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor. Este é transformado em um dependente, um apadrinhado, um devedor”.

Difundindo o termo educação assistencialista no Brasil está focalizada no atendimento de crianças de 0 a 6 anos e possui caráter cuidador e higienista, ou seja, com o objetivo de zelar pela alimentação, saúde da criança, no qual teve seu surgimento a partir do crescimento célere das cidades brasileiras, no período do início de expansão industrial. O termo educação assistencialista foi introduzido no Brasil por volta do século XX, visto que tinha por sua função atender às crianças e suas famílias pertencentes às classes abastadas da sociedade. Entretanto, Kuhlmann Jr. (2000, p. 12) relata que

“a educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social. O Estado não deveria gerir diretamente as instituições, repassando recursos para as entidades” (KUHLMANN, 2000, p.12)

‘Antes de se falar de uma educação assistencialista no Brasil voltada para as crianças de 0 a 6 anos de idade, houve uma instituição nomeada de Casa dos Expostos ou Roda dos Expostos, cujos nomes se davam por funcionar a partir de um dispositivo de forma cilíndrica em que se colocava bebês ou crianças que eram abandonados, surgindo por volta do ano de 1726 em Salvador, na Santa Casa de Misericórdia.

A Roda de Expostos foi criada após o processo de urbanização que algumas cidades brasileiras estavam enfrentando e devido a esse crescimento urbano houve um aumento significativo no número de bebês e crianças abandonadas por suas famílias. Ao chegarem na instituição, essas crianças apresentavam algumas doenças e desnutrição. O financiamento dessa instituição vinha da monarquia que, de acordo com Paula (2005, p. 240), “com o subsídio da Província, perdia-se, em parte, o caráter hegemônico do atendimento caritativo, passando a inaugurar uma fase filantrópica”, ou seja, a partir desse momento foi ‘instaurado’ no Brasil uma fase de uma preocupação’ de sentido filantrópico e caritativo ao atendimento de crianças. No Brasil, essa instituição funcionou até 1950.



No período de 1900 a 1980 no Brasil, encontrava-se uma realidade econômica que divergia do século XIX, em que as mulheres necessitavam 'deixar' suas famílias para adentrarem no mercado de trabalho das indústrias que estavam em crescimento, e que, conseqüentemente, aumentava-se a procura por mão de obra. Segundo Rizzo (2003, p.31), "criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher", causando-se assim um crescimento no surgimento de creches que possuíam um cunho assistencialista. Em outros casos, as crianças eram deixadas com pessoas conhecidas par seus cuidados, como destaca as autoras Paschoal e Machado (2009, p. 80) sobre as mães conhecidas como mães mercenárias, sendo essas aquelas que "ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres".

Através do avanço do processo de industrialização, a sociedade começou a enxergar as crianças, de acordo com Didonet (*apud* Paschoal; Machado, 2009, p.82), "[...]com um sentimento filantrópico, caritativo e assistencial", ou seja, após o processo de industrialização mundial a criança passou a ser vista não mais como um miniadulto como era vista desde a Idade Média, mas porém de acordo com as autoras, "como um ser que é, que possui desejos, necessidades e um modo próprio de pensar" (Fuly e Veiga, 2012, p. 89).

A partir do início do século XX, a finalidade era de continuar com a perpetuação da educação de cunho assistencialista, higienista e filantrópica, então foram criadas creches e jardins de infância guiados pelo cuidado infantil, para que pudesse lutar contra os altos indicadores de mortalidade infantil e desnutrição que assolavam o início do século.

No ano de 1919, com o intuito de promover o atendimento às crianças de forma abrangente, em particular de classe pobre, houve a criação do Departamento da Criança (DC), cuja responsabilidade pertencia ao Estado, em que, de acordo Silva e Francischini (2012, p. 264) tinha por objetivo "[...]arquivar dados referentes à proteção da criança, divulgar conhecimento, promover congressos e cursos educativos em puericultura e higiene infantil". Em um discurso realizado no ano de 1922, no II Congresso Internacional de Proteção à Infância, o médico Alfredo Ferreira de Magalhães relatou que o ensino da puericultura era voltado somente nas meninas do jardim de infância "[...] enquanto os meninos se entretivessem com os jogos de construção, a boneca poderia ser um brinquedo instrutivo, transformando-se em 'uma amável escola de mamãezinhas'" (Kuhlmann Jr, 2000).

Em meados da década de 1920 no Brasil, com o surgimento de várias creches, já no Estado de São Paulo, era previsto por legislação a fundação de Escolas Maternais, que tinha por seu objetivo "prestar cuidados aos filhos de operários, preferencialmente junto às fábricas que



oferecessem local e alimento para as crianças” (KUHLMANN, 2000, p.8), que foram embasadas nos jardins de infância de Froebel, por volta de 1840 na Alemanha. De acordo com Kuhlmann Jr. (2000, p.8), aproximadamente, entre os anos de 1921 até o ano de 1924, surgiram no Brasil 62 creches que foram distribuídas nas capitais e algumas cidades do território brasileiro.

A partir da década de 1930, as filantropias iniciaram o estímulo de projetos com o intuito de “prevenção do ‘desvio social’ e da eliminação da desordem social” (PAULA, 2005, p. 242), tendo em vista que foi na década de 1930 que Governo Federal legalizou o atendimento voltado a educação infantil, porém, não era pedagógico nem obrigatório, aumentando os números de instituições infantis, a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde, em que visavam o atendimento da educação em conjunto com a saúde. A partir de 1932, as creches se tornaram essenciais nas instituições trabalhistas que mantivessem mais de 16 mulheres trabalhando, porém, essa legislação não foi atendida pelos donos de indústrias.

Nos anos de 1940, com o início do Estado Novo (1937-1945), comandado pelo Presidente Getúlio Vargas, criaram-se órgãos públicos e a implementação de novas legislações. De acordo com Vieira (1988, p. 4), “a partir de 1940 que o Estado brasileiro começou a se equipar de instituições e pessoal técnico para a proposição e execução de ações de cunho social, assumindo funções na área da saúde, educação, previdência e assistência”, e assim surgiram com o intuito de atuarem no âmbito infantil, que foram: o Departamento Nacional da Criança (DNCR), Sistema de Assistência ao Menor (SAM), e a Legislação Brasileira de Assistência (LBA).

Na década de 1950, no Estado de São Paulo, de acordo com Spada (2005, p. 4), "aparece ligada ao Serviço de Assistência Social, [...], para organizar doações feitas a indivíduos carentes e a entidades filantrópicas". Visto que ainda esse período as instituições voltadas para o intuito de caridade e dependiam do governo para conseguirem se manter. Entre os anos de 1950 e 1960, a educadora Heloisa Marinho, que era muito atuante e defensora da educação, que possuía um interesse abundante nas causas que envolviam o desenvolvimento infantil, criando e auxiliando na criação de institutos que desenvolvessem a infância, de acordo com Kuhlmann Jr. (2005, p. 188), “[...] uma educação em que a atividade criadora da criança superasse em valor educativo os exercícios formais do jardim de infância tradicional”. Ou seja, Marinho apoiava uma educação em que a criança pudesse vivenciar e experienciar suas aprendizagens ao longo de seu desenvolvimento. Algumas creches apoiavam esse modelo de educação de Heloisa Marinho, em 1952, por volta de 50% das creches que foram estudadas pelo DNCR, atendiam essa perspectiva de materiais e modelos

pedagógicos apropriados para a faixa etária das crianças como, por exemplo, caixa de areia, lápis, bonecas, blocos de madeiras, entre outros materiais.

Por volta da década de 1970, o atendimento à criança fora de seu âmbito doméstico passou a ser bem-visto, pois preponderava um sentimento maior mediante às condições de vida precária em que a criança se encontrava, trazendo à tona o termo de uma educação compensatória. Kramer (1988, p. 24) destaca que o governo defendia a assistência às crianças de classes inferiores. Elas eram consideradas “[...] carentes, deficientes e inferiores na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido; faltariam a essas crianças privadas culturalmente, determinados atributos ou conteúdos que deveriam ser nelas incutidos”. Em razão disso, o governo e entidades filantrópicas foram tentando solucionar a falta de uma saúde e alimentação de qualidade, assim como também a fraqueza do ensino escolar, então são ofertadas algumas propostas para suprir a carência.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, houve um marco com o início de movimentos voltados para as lutas de creches “de um lado mulheres trabalhadoras e de outro lado pela ação das mulheres pertencentes às classes médias” (PAULA, 2005, p.247), em que tinha por essência buscar o atendimento para os filhos dos trabalhadores.

No início da década de 1980, as creches ainda tinham um pensamento de intervenção familiar, chegando em muitos casos a exceder o limite tênue de seu verdadeiro papel, como relata Fagundes (*apud* Kuhlmann Jr. 2000, p.12), “uma coisa que me impressionou muito era que a mãe dizia que estava amamentando e a direção da creche ia tirar o leite da pessoa para verificar se estava mesmo com leite”. Por volta de 1980, passa-se a falar e pensar no Ministério da Educação de uma educação pré-escolar que o atendimento fosse voltado para as crianças de 0 a 6 anos de idade, ou seja, como uma forma que esse direito fosse garantido e estabelecido por lei.

De certa maneira, o governo tinha seus princípios educacionais voltados para uma educação promovida através de entidades filantrópicas, sendo assim, não ofertava recursos para os profissionais, fazendo com que o governo não tivesse um custo alto no incentivo educacional/pedagógico, tornando a oferta do serviço de creches e jardins-de-infância precária, facilitando ainda mais o aumento das desigualdades sociais. O atendimento assistencialista foi cessado ao longo dos anos nas práticas de ensino infantil, não através da Legislação como se foi pensado.

Programas desenvolvidos para as crianças no período de 1900 a 1980

Ao longo dos 80 anos compreendidos entre 1900 e 1980, como já mencionado, foram instaurados alguns programas de origem compensatória que possuíam o objetivo de



atendimento à educação assistencialista/higienista no Brasil. Sendo assim, foi traçado uma linha do tempo com os principais programas e departamentos, sendo: Departamento Nacional da Criança (DNCr), Parque Infantil, Serviço de Assistência ao Menor (SAM), Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), Projeto Casulo, em ordem cronológica de desenvolvimento.

Por volta do ano de 1940, foi implementado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), fundado pelo Ministério de Educação e Saúde para ser um Departamento que estava à frente da coordenação de programas/projetos que buscavam atender “a proteção da infância, à maternidade e à adolescência” (Vieira, 1988, p.5), não somente aos “serviços de higiene da maternidade e da infância” (Kramer, 1988, p. 66). No decorrer de seus 30 anos de funcionamento, o DNCr desfrutava de múltiplos objetivos, porém, seus atendimentos eram focados na assistência à criança e a mãe, com a preocupação em determinar o adequado funcionamento dos seus serviços e seus objetivos, “do ponto de vista sanitário e educativo; o desenvolvimento da criança e suas necessidades; a preparação do pessoal responsável” (Vieira, 1988, p.4)

No ano de 1936, surgiu em São Paulo o programa Parque Infantil (PI), criado pelo poeta Mário de Andrade, através de sua direção no Departamento da Cultura (DC) do município de São Paulo. De acordo com Kuhlmann Jr. (2000, p. 9), “com a criação do DC, o parque infantil é regulamentado e inicia sua expansão, refreada em 1940, na gestão de Prestes Maia”, podendo atender alguns municípios do território brasileiro. Além de que mantinham atendimento médico especializado, dentista, e uma alimentação adequada para as crianças.

O Parque Infantil, em seu início, funcionava com o objetivo acolher as crianças de 3 a 6 anos em período integral e as com idade superior a 6 até os 12 anos, com o intuito de prestar atendimento as crianças que eram filhas de operários paulistanos e “moradoras de bairros fabris” (Faria, 1999, p. 5). Durante seu período de atuação, as atividades desenvolvidas para as crianças era brincar, de ter convivência com a natureza e com a diversidade presente na cultura brasileira, além de fazerem arte.

Por volta do ano de 1941, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em que era unificado ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores em alguns estados do Brasil, no qual, de acordo com Kramer (1988, p. 64), tinha por propósito o “atendimento de menores de 18 anos, abandonados e delinquentes”, porém, o SAM “pretendia-se confundir o desaparecimento do Menor, com a sua exclusão do convívio social” (Osterne, 1986, p.28), ou seja, o SAM não tinha como seu objetivo central na resolução dos conflitos familiares e sociais que levavam a criança ou o adolescente a se tornarem “delinquentes”.

Após a extinção do SAM, suas funções passaram a ser de responsabilidade da Fundação Nacional do Bem-Estar ao Menor (FUNABEM) que pertencia ao Ministério da Previdência e Assistência Social e que tinha como objetivo central “formular e implantar uma política nacional do bem-estar ao menor, mediante ao estudo do problema e o planejamento das soluções” (Osterne, 1986, p. 30-31).

O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), ligado ao Ministério da Saúde, foi instituído no ano de 1972, com o objetivo de:

elaborar programas de assistência alimentar destinados a atender, prioritariamente, a população escolar de estabelecimentos oficiais de ensino do 1º Grau. gestantes, nutrizes, lactantes e população infantil até seis anos, assim como programas de educação nutricional, principalmente para a população de baixa renda familiar (Kramer, 1988, p. 70)

No ano de 1977 ocorreu o surgimento do Projeto Casulo (PC), oriundo da Legislação Brasileira de Assistência (LBA), uma instituição que surgiu em 1942 através de uma instituição privada e de uma iniciativa do Governo Federal, em conjunto com a primeira-dama Darcy Vargas.

O Projeto Casulo tinha como finalidade o atendimento às crianças de 0 a 6 anos através da prestação de assistência ao menor, porém, segundo Kuhlmann Jr, (2000, p.10) “o programa vinha a desenvolver atividades paralelas de orientação familiar”, ou seja, isso ocorreu a partir de um certo período em que a sociedade brasileira encontrava-se em desacordo com as problemáticas de avanço socioeconômico, ocasionando-se assim “desequilíbrio nas famílias e a desintegração do lar” (Kuhlmann Jr, 2000, p.10). Além disso, promovia “cuidados de ordem higiênica, médico-odontológica, nutricional, atentando para o desenvolvimento biopsicossocial” (Kramer, 1988, p.76).

Dessa forma, o Projeto Casulo pretendia ao buscar o atendimento a criança, poderia fazer com que as mães tivessem esse “tempo livre” e conseguisse adentrar no mercado de trabalho para que pudesse auxiliar financeiramente dentro de casa. O PC teve unidades espalhadas em todo território brasileiro, e buscava atender diariamente por volta de 4 ou 6 horas por dia, variando somente de acordo com a estrutura em que a unidade estava localizada. Além disto, a LBA poderia financiar “a alimentação, materiais didáticos e de consumo, os equipamentos, o material de construção. e os registros” (Kramer, 1988, p.76). As instituições que serviam de base para o PC só arcavam com a parte dos pagamentos dos trabalhadores do local, sendo que existiam vários voluntários.

As finalidades do Projeto Casulo se deram por meio de “atividades adequadas à faixa etária das crianças, de acordo com as suas necessidades e as características específicas de seu



momento de vida” (Kramer, 1988, p.77), ou seja, o PC buscava o atendimento recreativo e nutricional das crianças.

Considerações finais

Constata-se que a trajetória percorrida pela educação infantil no Brasil, no período de 1900 a 1980, foi traçado pelo assistencialismo, pelo higienismo e pela filantropia, em um período que era quase ilusório a garantia das crianças aos seus direitos de acesso a uma educação de qualidade.

A educação voltada para as crianças de 0 a 6 anos das famílias da classe operária não possuía intuito pedagógico, mas sim de prevenção de mortalidade infantil, desnutrição e do aumento dos ‘delinquentes’ que perante a sociedade burguesa estavam causando problemas. A partir disso, foram criados programas e departamentos, alguns com auxílio governamental e outros com intuito filantrópico como, por exemplo, SAM, DNCr, Parque Infantil, Projeto Casulo, entre outros que foram desenvolvidos por entidades filantrópicas, como o caso do Projeto Casulo desenvolvido pela Legião Brasileira de Assistência.

A metodologia da pesquisa foi pautada na bibliografia de caráter explicativo, em que foi possível demarcar o contexto histórico da educação infantil no Brasil, antes da Constituição Federal de 1988. Com o intuito de compreender o contexto histórico da educação voltada ao cuidado e à assistência à criança entre os anos de 1900 a 1980, no Brasil, ao longo da trajetória da pesquisa, seu objetivo de compreensão do contexto foi alcançado e refletido.

Contudo, é primordial que a educação voltada para as crianças de 0 a 6 anos, continue progredindo com auxílio governamental e que seja respaldada no caráter pedagógico, garantindo que a criança seja um sujeito que possua seus direitos garantidos pela legislação.

Referências

- KRAMER, S. *A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce*, Rio de Janeiro: Achiamé, 1988.
- KUHLMANN Jr., M. *Instituições pré-escolares Assistencialistas no Brasil (1899-1922)*. São Paulo, 1991.
- _____. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- _____. Parque Infantil: a singularidade e seus componentes. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 77, p. 223-244, set./out. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/FgGqf5zvV5TLvWWqQ8CYLP/>
- MILANEZZI, J. B., NISHIJIMA, M., SARTI, F. M. Do Assistencialismo à Consolidação do Sistema Único de Assistência Social. *Boletim Informações Fipe*, n. 380, p. 7-18, 2012
- OSTERNE, M.S. A Institucionalização da Assistência ao Menor no Brasil. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v 4 n 2, p. 27-33, jul/dez, 1986. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/10804>



PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78–95, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>

PAULA, F. A de. Concepções De Atendimento À Criança Pequena: Caridade, Filantropia, Assistência E Educação Infantil. *Línguas & Letras*, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 235–250, 2005. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/883>

SILVA, C; FRANSCISCHINI, R. Na História das Políticas Públicas para a Crianças no Brasil. Vitória da Conquista, *Práxis Educacional*, v. 8, n. 12, 2012. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/699/584>

SPADA, A. C. M. Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos. *Científica Eletrônica de Pedagogia*. São Paulo, n. 5, p.1-7,2005. Disponível em: http://www.faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/iG3tNqxQCLnBRLr_2013-6-28-12-6-20.pdf

VIEIRA, L. *Mal Necessário: Creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970)*. São Paulo, 1988

